

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 135

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 05 DE NOVEMBRO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Durval Amaral
Líder da Oposição Waldyr Pugliesi
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Luiz Traiano
PMDB Nereu Moura
PPB Tony Garcia
PT Luciana Rafagnin
PDT Luiz Carlos Zuk
PSL Luiz Carlos Martins
PL Pastor Edson Praczyk
PPS Marcos Isfer

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

Ato da Presidência:**RESOLUÇÃO Nº 012/2002**

Data: 30 de outubro de 2002.

Súmula:

Aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados - mês de setembro de 2002, conforme Resolução nº 15 de 19/06/92.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual, combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte Resolução:

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos senhores deputados, conforme Resolução nº 15, de 19 de junho de 1992, artigo 14, referente ao mês de setembro de 2002.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 30.10.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO
Presidente

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 088ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
05 DE NOVEMBRO DE 2002**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Luiz Carlos Zuk e Carlos Simões.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carriello; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Antonio Baratter, Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões,

Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (53). Achando-se em licença o senhor deputado Marcos Isfer (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está em votação a Ata que acaba de ser lida.

Aprovada.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, solicito chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. NEIVO BERALDIN (**Pela Ordem**)

Requeiro verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos senhores deputados.

(**É procedida a chamada nominal dos deputados**)

Em votação a Ata.

Aprovada.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:**Ofício:****OFÍCIO**

Sob o nº CTL/SEEG/520/2002, do senhor governador do Estado, comunicando seu afastamento do País, no período compreendido entre 1º e 7 de novembro do corrente ano, com destino ao México, a fim de, atendendo convite, proferir palestra no "Foro de Inovação e Qualidade na Administração Pública: conseguindo a mudança", evento anualmente organizado pelo presidente Vicente Fox. **Ao conhecimento da Casa.**

Indicação:**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente:

Pelo presente comunico a V. Exa. que indico o ilustre deputado Nelson Tureck, para compor a Comissão Especial para escolha do Tribunal de Contas, representando a Bancada do PSDB com assento nesta Casa de Leis.

Sendo o que se apresenta para o momento, agradeço a atenção.

Sala das Sessões, em 05.11.2002.

(a) ADEMAR TRAIANO

Líder da Bancada do PSDB

Requerimentos:**REQUERIMENTO Nº 2414**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 553/2002, oriundo da Mensagem Governamental nº 031/2002, que dispõe sobre cessão de uso de imóvel ao município de Tibagi, e que está aguardando parecer da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Sessões, em 05.11.2002.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2415

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 567/2002, oriundo da Mensagem Governamental nº 032/2002, que dispõe sobre cessão de uso de imóvel ao município de Santo Antonio do Caiuá, e que está aguardando parecer da Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Sala das Sessões, em 05.11.2002.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 2423

Senhor Presidente:

Na qualidade de presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, e tendo em vista a deliberação da Comissão na reunião realizada na data de hoje, venho REQUERER uso do horário no Grande Expediente no dia 12 de novembro do corrente para ouvir esclarecimentos dos representantes das Universidades Públicas Estaduais e da Universidade Federal do Paraná sobre a oferta de vagas nas Universidades.

Sala das Sessões, em 05.11.2002.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 2410

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, voto de pesar, pelo falecimento da senhora Odá de Castro Pessanha, Pastora Titular da 3ª Igreja do Evangelho Quadrangular de Curitiba, ocorrido no dia 01 do corrente mês.

Outrossim, requer também que seja dado ciência à família enlutada, à Rua: Otávio Francisco Dias, 299 - CEP 80620-310, no bairro da Água Verde, nesta capital.

Sala das Sessões, em 05.11.2002.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

REQUERIMENTO Nº 2419

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar à família Schoffen, em decorrência do falecimento do senhor Inácio Afonso Schoffen, ocorrido no dia 28 de outubro de 2002.

Inácio Afonso Schoffen sempre apoiou e ajudou a comunidade, contagiando a todos os que o rodeavam com sua alegria, disposição e solidariedade.

Sala das Sessões, em 05.11.2002.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 2422

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, a consignação nos Anais desta Casa, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Pastora Odá de Castro Pessanha, e que seja encaminhada cópia deste expediente a seus familiares com mensagem de condolências.

Sala das Sessões, em 05.11.2002.

(a) FERNANDO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

No último dia 1º de novembro do corrente a comunidade evangélica quadrangular perdeu a Pastora Odá de Castro Pessanha, uma das suas mais importantes e ilustres missionárias, nascida em 08.01.1933.

A senhora Odá era Pastora Titular da 3ª Igreja do Evangelho Quadrangular desde 1970, criada em 29.06.1956, assumindo essa relevante missão não apenas por pertencer a família tradicional de pastores ou por revelar as mesmas características que foram marcantes na existência de seu valoroso pai e seus irmãos, mas sobretudo por um chamado específico e glorioso do Senhor Jesus para a realização do ministério.

Foi de sua responsabilidade a construção do belo templo que obriga a 3ª IEQ na Rua Otávio Francisco Dias, 299, no Bairro Água Verde, inaugurado em 28.05.85, com arquitetura moderna, composta de quatro pavimentos e 1.692m², projeto desenvolvido a partir de uma visão que Deus deu à Pastora Odá podendo-se afirmar que é também produto da fé e da coragem de uma mulher que não temeu em colocar em prática o que Deus

revelou, mesmo que parecesse absurdo aos olhos humanos.

Através da sua liderança, atualmente a 3ª IEQ possui cerca de 4.800 membros, uma estrutura ampla e organizada nos seus diversos setores, bem como no ministério, abrangendo todas as áreas como Espiritual, Ensino, Evangelismo, Visitação, Música, Comunicação (Rádio e Televisão), Administração, Informática, Assistência Social e Grupos Missionários. Sua visão missionária e de ensino era bastante sólida, levando-a implantar a Pré-Escola a Sementinha do Saber, um Orfanato e o Recanto Ebenezer - uma chácara com infra-estrutura completa para 350 pessoas, onde é realizado também o CTM - Centro de Treinamento Missiológico, em regime de internato.

A Pastora Odá também era superintendente da Região de Jacarezinho, no Norte Velho do Paraná, desde 1992, onde estão estabelecidas 11 Igrejas do Evangelho Quadrangular.

REQUERIMENTO Nº 2418

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de congratulações ao Sicredi Central do Paraná, na pessoa do senhor presidente Seno Cláudio Lunkes, pelos 100 anos do Cooperativismo de Crédito no Brasil.

Principalmente no momento em que passa nosso Estado, na ausência de Banco Público Estadual, o Sicredi vem prestando relevante trabalho social. A prática dos sete princípios: gestão democrática, adesão voluntária e livre, participação e informação, intercooperação e o interesse pela comunidade, é motivo de muito orgulho a todos os paranaenses.

Sala das Sessões, em 05.11.2002.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 2421

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de congratulações ao Sicredi Cataratas do Iguaçu, na pessoa do senhor presidente Manfred Alfonso Dasenbrock, pelos 100 anos do Cooperativismo de Crédito no Brasil.

Principalmente no momento em que passa nosso Estado, na ausência de Banco Público Estadual, o Sicredi vem prestando relevante trabalho social. A prática dos sete princípios: gestão democrática, adesão voluntária e livre, participação e informação, intercooperação e o interesse pela comunidade, é motivo de muito orgulho a todos os paranaenses.

Sala das Sessões, em 05.11.2002.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 2420

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, seja

enviado expediente ao senhor Governador do Estado, Dr. Jaime Lerner solicitando as seguintes providências:

1. A Unespar criada pela Lei nº 13283/ 2001 prevê a participação da comunidade universitária na elaboração dos Estatutos, Regimento Geral, PDI e Projeto Pedagógico, o que evidencia senso democrático na construção da Universidade. Para a efetivação de tal dispositivo legal as Faculdades desenvolveram estudos internos com sugestões e elegeram delegados para participarem da Assembléia Geral da Unespar - realizada em Jacarezinho na data de 27 e 28 de setembro de 2002 - e que deveria discutir e aprovar os Estatutos.

Na referida Assembléia foram discutidos e aprovados os Estatutos da Unespar, através de metodologia própria com quorum qualificado e com representatividade tudo nos termos do regulamento de trabalhos da Assembléia previamente elaborado e aprovado por unanimidade dos Delegados eleitos das onze Faculdades Estaduais de Ensino Superior.

Os Estatutos refletem o desejo das Instituições de Ensino Superior neste momento. Entretanto, informa-se que unilateralmente e sem a devida autorização da Assembléia Geral, e infringindo os dispositivos legais sancionados por V. Exa, assim como as mais mezinhas lições de democracia, e atendendo não se sabe a que propósitos, estariam alterando os Estatutos apresentando a V. Exa. uma versão que não condiz com a realidade e com o beneplácito e até - ao que consta incentivo, infelizmente, dos atuais reitores nomeados por V. Exa. que viram suas pretensões derrotadas pela Assembléia Soberana e Democrática.

2. A comunidade Universitária da Unespar, pede que V. Exa. faça prevalecer o bom senso, as conclusões da Assembléia e o espírito democrático e na complexidade da Unespar, que envolve onze faculdades espalhadas por todo o Estado do Paraná.

Ademais, pede-se vossa interferência no sentido de que o PDI, os Estatutos, o Regimento Geral e os Projetos pedagógicos sejam conclusões do trabalho desenvolvido pelas Comunidades, conforme prevê a Lei nº 13283/2001.

Sala das Sessões, em 05.11.2002.

(a) HERMES FONSECA

REQUERIMENTO Nº 2416

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER o envio de pedido de informações, ao secretário de Estado dos Transportes, senhor Wilson Justus Soares, solicitando o que segue:

01. O aeroporto do município de Cruzeiro do Iguaçu é de propriedade do Estado, do município ou particular?

02. Quanto o governo repassou de recursos do Tesouro Estadual para a edificação da pista de pouso e decolagens do referido aeroporto?

03. Quais foram as formas usadas pelo Poder Executivo para o repasse dessas verbas? Através de convênio com a prefeitura municipal, diretamente com a administração do aeroporto, ou por qualquer outro meio?

04. Os valores referidos nos itens acima, foram repassados parceladamente ou em uma única parcela? Em caso de parcelamento, especificar em quantas parcelas foram feitas?

05. Os recursos destinados ao aeroporto de Cruzeiro do Iguaçu já foram todos repassados ou resta alguma pendência? Se houverem pendências, especificar quais são?

Sala das Sessões, em 05.11.2002.

(a) NEREU MOURA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 689/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Servidores Municipais de Goioerê - Assemug, com sede e foro na Comarca de Goioerê-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.11.2002.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Servidores Municipais de Goioerê - Assemug, fundada em 16 de julho de 1977, é uma sociedade civil, com personalidade jurídica e duração indeterminada, sem fins lucrativos, tendo por finalidades:

1. promover o conagraçamento dos componentes de seu quadro social;
2. incentivar, organizar e patrocinar reuniões artísticas, culturais e sociais;
3. promover e estimular a prática e o desenvolvimento de todos os jogos de salão, exercícios atléticos e desportos amadorísticos;
4. manter intercâmbio artístico, cultural, social e desportivos, com outras entidades congêneres;
5. organizar e ministrar cursos de aperfeiçoamento cultural e profissional aos seus associados;
6. representar a classe quando os seus interesses forem determinados através de Assembléia Geral ou a juízo da Diretoria, em casos específicos.

PROJETO DE LEI Nº 690/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a firmar, com o Instituto Histórico e Cultural da Lapa, termos

de cessão de uso de parte de área contendo edificações, de propriedade do Estado do Paraná, situada no Quadro Urbano do Município da Lapa, a margem direita da Rodovia do Xisto, BR 476, km 58, sentido Curitiba-Lapa, matriculada sob nº 32.608, do Livro 3 AH, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Lapa.

Art. 2º - O imóvel a que se refere o artigo 1º desta lei será utilizado, exclusivamente, para instalação do Instituto Histórico e Cultural da Lapa, com o objetivo de implementar atividades inerentes da criação da instituição.

Art. 3º - A cessão de uso de que trata esta lei terá prazo de 5 (cinco) anos, podendo ser renovada, mediante consenso entre as partes e obedecido ao que preconiza o artigo 10, da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.11.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O plano de lei em referência consulta aos superiores interesses da coletividade do município da Lapa e Região, sendo que o Instituto Histórico e Cultural da Lapa irá utilizar o imóvel que lhe será cedido, na instalação de sua sede para implementar projetos de grande porte, em defesa do patrimônio histórico, como museus, eventos culturais, festivais, programas de extensão e curso de aperfeiçoamento.

Sendo assim esperamos que a medida proposta mereça dos nobres pares desta Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação.

ESTATUTO SOCIAL INSTITUTO HISTÓRICO E CULTURAL DA LAPA

TÍTULO I DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE, ÁREA DE ATUAÇÃO E DURAÇÃO

Art. 1º - O Instituto Histórico e Cultural da Lapa, doravante denominado IHCL, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, tem por objetivo a promoção, de forma isolada ou em conjunto com outras instituições de direito público ou privado, da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, bem como, a promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia e de outros valores universais, especialmente através das seguintes atividades:

I - fomento e cooperação no desenvolvimento de políticas de proteção do patrimônio histórico e cultural;

II - implementação de processos de parceria com órgãos governamentais, instituições nacionais e internacionais, públicas ou privadas, e a consolidação de redes

locais, estaduais, nacionais e internacionais de ação institucional;

III - promoção, participação e apoio à realização e difusão de eventos culturais e de defesa do patrimônio histórico, especialmente na forma de festivais, programas de extensão e cursos de aperfeiçoamento, capacitação e especialização;

IV - apoio na edição, divulgação e circulação de livros e periódicos relacionados aos seus objetivos institucionais;

V - incentivo, coordenação e execução de projetos e programas de preservação e resgate do patrimônio histórico e cultural.

Art. 2º - O IHCL terá prazo de duração indeterminado.

Art. 3º - O IHCL terá sede e foro no município da Lapa, Estado do Paraná, à Rodovia do Xisto, PR 367, km 60.

TÍTULO II

DOS ASSOCIADOS

Art. 4º - O IHCL será constituído por um número ilimitado de associados, distinguidos nas seguintes categorias:

I - fundadores: aqueles que contribuíram para a criação do IHCL e subscreveram sua Ata de fundação;

II - efetivos: aqueles que de modo significativo e duradouro colaborem para a consecução dos objetivos estatutários da entidade, observado o disposto no art. 20, III deste Estatuto;

III - colaboradores: aqueles que prestem serviços para a consecução dos objetivos institucionais do IHCL e, a convite de um associado fundador, efetivo ou colaborador, tenham sua admissão aprovada pela diretoria e homologada pela Assembléia Geral.

Parágrafo Único - Poderão ser associados fundadores, efetivos e colaboradores, pessoas jurídicas de direito público e privado, o que não implicará, em qualquer hipótese, na redução da autonomia do IHCL

Art. 5º - Os associados não respondem solidária ou subsidiariamente pelas obrigações do IHCL

Art. 6º - É expressamente proibido o uso da denominação social em atos que envolvam o IHCL em obrigações relativas a negócios estranhos ao seu objetivo social, especialmente na prestação de avais, endossos, finanças e caução de favor.

Art. 7º - Sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o descumprimento do presente Estatuto ou de qualquer regulamento do IHCL submeterá o associado às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - suspensão de 15 (quinze) dias a 01 (um) ano;

III - exclusão.

Parágrafo Único - A aplicação das penalidades neste artigo será decidida, conforme o caso, observado o disposto nos arts. 20, VII e 36, X deste Estatuto, pela diretoria ou pela Assembléia Geral, preservado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Art. 8º - O associado poderá requerer o seu desligamento do quadro social, obrigando-se, em qualquer hipótese, à quitação de todos os compromissos assumidos até a data do pedido.

Art. 9º - O IHCL não possuirá natureza de entidade de benefício mútuo, destinada a proporcionar bens ou serviços exclusivamente aos associados.

Art. 10 - O IHCL adotará práticas de gestão administrativa que coíbam a distribuição aos associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais.

Parágrafo Único - Consideram-se benefícios ou vantagens pessoais, os obtidos:

I - para si ou seus cônjuges, companheiros e parentes colaterais ou afins até o terceiro grau;

II - pelas pessoas jurídicas das quais os indicados no *caput* deste artigo sejam controladores ou detenham mais de dez por cento das participações societárias.

TÍTULO III

DO PATRIMÔNIO E DA RECEITA

Art. 11 - O patrimônio do IHCL será constituído pelos bens imóveis adquiridos ou que venha a adquirir, suas benfeitorias, máquinas, equipamentos e bens móveis, ações patrimoniais, títulos de crédito, logomarcas, bem como pelos direitos autorais sobre projetos, programas, campanhas, audiovisuais e publicações.

Parágrafo Único - Na hipótese de formação de vínculos de colaboração com o Poder Público, através de Termo de Parceria, serão observadas as disposições contidas na Lei nº 9.790/99 ou em outra que sucedê-la.

Art. 12 - A receita e o patrimônio do IHCL somente poderão ser aplicados na consecução dos seus objetivos sociais.

Parágrafo Único - O patrimônio do IHCL, para ser vendido, alienado ou gravado de qualquer modo, dependerá de proposta específica da Diretoria, com parecer favorável do Conselho Fiscal e, no caso de bens imóveis, de prévia aprovação pela Assembléia Geral.

Art. 13 - O IHCL não distribuirá aos seus associados parcelas de patrimônio ou de receitas, nem vantagens de qualquer espécie a título de participação nos seus

resultados, observado, para todos os efeitos, o disposto no art. 9º deste Estatuto.

Art. 14 - No caso de extinção do IHCL, seu patrimônio social será revertido a outra instituição sem fins lucrativos ou a entidade pública.

Parágrafo Único - Na hipótese do IHCL ser qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, observar-se-á o seguinte:

I - em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei nº 9709/99 que, preferencialmente, tenha o mesmo objeto social;

II - na hipótese de perda da qualificação, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou a qualificação, será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei nº 9.790/99 que, preferencialmente, possua objetivos iguais ou semelhantes aos do IHCL

TÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 15 - A administração do IHCL observará, entre outros, os princípios da legalidade, universalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência.

Art. 16 - São órgãos do IHCL:

- I - Assembléia Geral;
- II - Conselho Consultivo;
- III - Conselho Fiscal;
- IV - Diretoria.

Capítulo I Da Assembléia Geral

Art. 17 - A Assembléia Geral é o órgão supremo do IHCL, de caráter normativos e deliberativo, constituída por todos os associados que estejam no pleno exercício de seus direitos.

Art. 18 - Os trabalhos da Assembléia Geral serão dirigidos pelo presidente do Conselho Consultivo, o qual poderá ser auxiliado por um dos associados presentes.

Art. 19 - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano e, extraordinariamente, sempre que convocada pela diretoria ou por, no mínimo, 1/5 (um quinto) dos associados que estejam em pleno exercício de seus direitos.

§ 1º - A Assembléia será instalada com a presença de 1/3 (um terço) dos associados com direito a voto, em primeira convocação e, trinta minutos após, em segunda convocação, com qualquer número de presentes.

§ 2º - A convocação da Assembléia far-se-á através de edital afixado na sede do IHCL, em local de fácil visu-

alização e através de circular distribuída a todos os associados ou publicação em jornal de circulação local, 15 (quinze) dias úteis antes da sua realização, constando a data, o horário, o local e a pauta a ser discutida.

Art. 20 - À Assembléia Geral competirá:

I - reformar o presente Estatuto, em convocação especial para este fim;

II - deliberar sobre a alienação, a venda ou a gravação dos bens imóveis integrantes do patrimônio do IHCL, conforme disposto no art. 12, parágrafo único, do presente Estatuto;

III - deliberar sobre a admissão de associados efetivos e homologar a admissão de associados colaboradores;

IV - eleger, nomear e destituir os membros do Conselho Consultivo, do Conselho Fiscal e da Diretoria, observadas as disposições do § 3º, deste artigo;

V - aprovar os programas, relatórios de atividades e balanços, bem como a proposta orçamentária elaborada pela Diretoria;

VI - julgar os recursos interpostos contra a aplicação das penalidades previstas no art. 7º deste Estatuto;

VII - impor penalidades às infrações cometidas pelos membros do Conselho Consultivo, do Conselho Fiscal e da Diretoria;

VIII - deliberar sobre a dissolução ou fusão do IHCL, observado o disposto no § 3º deste artigo.

§ 1º - O exercício do voto será prerrogativa dos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários, conforme regulamento a ser estabelecido pela Diretoria.

§ 2º - As deliberações serão tomadas por maioria simples, cabendo, em caso de empate, ao presidente o voto de qualidade.

§ 3º - Nas atribuições previstas no inciso VIII deste artigo e nos casos de destituição de membros dos Conselhos ou da Diretoria, as decisões serão tomadas por votação de 2/3 dos presentes, em assembléia especialmente convocada, não podendo deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes.

Art. 21 - O exercício do voto será sempre pessoal, não se admitindo o voto por procuração.

Capítulo II Do Conselho Consultivo e do Conselho Fiscal

Art. 22 - O mandato dos membros do Conselho Consultivo e do Conselho Fiscal será de 03 (três) anos, permitida recondução.

§ 1º - Os conselheiros serão indicados pelos associados fundadores e eleitos pela Assembléia Geral, em eleição convocada e regulamentada pela Diretoria.

§ 2º - Cada conselheiro terá um suplente, eleito conjuntamente com o titular, que o substituirá na falta ou impedimento.

§ 3º - O exercício da função de conselheiro não será remunerada.

Art. 23 - As decisões dos Conselhos serão tomadas por maioria simples.

Parágrafo Único - Cabe ao presidente dos Conselhos, além do voto normal, o voto de desempate.

Seção I

Do Conselho Consultivo

Art. 24 - O Conselho Consultivo será formado por até 12 (doze) membros eleitos e nomeados pela Assembleia Geral, nos termos do art. 22, § 1º.

Art. 25 - O Conselho Consultivo reunir-se-á sempre que convocado pelo seu presidente, por 1/3 de seus membros ou pelo presidente do Conselho Fiscal, instalando-se com a presença de 1/3 de seus membros em primeira convocação, ou 30 minutos após, em segunda convocação, com qualquer número de participantes.

Art. 26 - O Conselho Consultivo escolherá, entre seus membros, um presidente, com mandato de dois anos, sendo permitida a recondução.

Art. 27 - Ao Conselho Consultivo competirá:

I - deliberar sobre metas, diretrizes e indicadores de desempenho;

II - propor aos órgãos do IHCL as medidas que entender necessárias para o desenvolvimento da entidade;

III - emitir parecer sobre o plano orçamentário apresentado pela Diretoria;

IV - emitir parecer sobre o plano de cargos e salários;

V - contratar e fixar os vencimentos do diretor executivo, mediante parecer da Diretoria, observado o disposto no artigo 35, parágrafo único deste Estatuto.

Art. 28 - Ao presidente do Conselho Consultivo competirá:

I - convocar e presidir a Assembleia Geral e as reuniões do Conselho;

II - orientar e supervisionar as atividades do IHCL;

III - encaminhar à Assembleia Geral os programas, relatórios de atividades e balanços e outros documentos de sua competência;

IV - despachar e assinar com o presidente documentos que envolvam, a qualquer título, disponibilidade ou a instituição de ônus reais sobre os bens imóveis, observado o disposto no artigo 20, II deste Estatuto;

V - exercer outras atribuições inerentes ao cargo.

Seção II

Do Conselho Fiscal

Art. 29 - O Conselho Fiscal será composto por 03 (três) membros, eleitos nos termos do artigo 22, pará-

grafo 1º, preferencialmente versados em ciências contábeis.

Art. 30 - O Conselho Fiscal escolherá, entre seus membros, um presidente, com mandato de dois anos, sendo permitida a recondução.

Art. 31 - Ao Conselho Fiscal competirá:

I - fiscalizar o cumprimento dos deveres legais, estatutários e regimentais;

II - examinar e emitir parecer sobre o orçamento anual apresentado pela Diretoria, encaminhando-o à Assembleia Geral;

III - apreciar anualmente as contas, relatórios financeiros ou balanços gerais e específicos apresentados, emitindo parecer fundamentado sobre os balanços e demonstrações contábeis, encaminhando para aprovação em Assembleia Geral;

IV - opinar sobre os planos de investimento, de contratação de empréstimo e de outras operações financeiras;

V - apurar e apresentar aos órgãos superiores os atos não condizentes aos objetivos e finalidades do IHCL;

VI - autorizar contratos que onerem o patrimônio do IHCL, no todo ou em parte, bem como os atos da diretoria que importarem em renúncia ou cessão de direito sobre os bens patrimoniais, observado o disposto no artigo 20, II;

VII - instituir e nomear comissões de sindicância, e de auditoria, elaborando seu regimento interno.

Art. 32 - Na hipótese do IHCL ser qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, observar-se-á o seguinte:

I - o atendimento dos princípios e normas brasileiras de contabilidade;

II - a publicidade, no encerramento do exercício fiscal, do relatório de atividades e das demonstrações financeiras, por meio de publicação em jornal de grande circulação e de afixação no átrio da sede com a indicação de que todo cidadão poderá ter livre acesso para exame;

III - afixação no átrio da sede da entidade das certidões negativas de débito do INSS e do FGTS;

IV - realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto do termo de parceria conforme previsto em regulamento;

V - a prestação de contas de todos os recursos e bens públicos previstos no termo de parceria, conforme disposto no artigo 70 e seguintes da Constituição Federal.

Parágrafo Único - A prestação de contas a que se refere este artigo deverá ser instruída com os seguintes documentos:

I - relatório anual de execução de atividades;

II - demonstração de resultados do exercício;

III - balanço patrimonial;

IV - demonstração das origens e aplicações de resultados;

V - demonstração das origens e aplicações de recursos;

VI - notas explicativas das demonstrações contábeis, caso necessário;

VII - parecer e relatório de auditoria independente, no caso previsto no artigo 19 do Decreto nº 3100/99.

Art. 33 - O Conselho Fiscal reunir-se-á anualmente ou sempre que convocado pelo seu presidente, pela maioria de seus membros, pela Diretoria ou por requerimento de 1/3 (um terço) dos associados com direito a voto.

Parágrafo Único - Poderão participar como ouvintes das reuniões do Conselho Fiscal os associados do IHCL em pleno gozo de seus direitos ou ainda especialistas e analistas técnicos convocados pelo presidente do Conselho.

Capítulo III **Da Diretoria**

Art. 34 - O mandato dos membros da diretoria será de 03 (três) anos, permitida a recondução.

Art. 35 - A Diretoria será composta pelo presidente e por dois vice-presidentes, eleitos pela Assembléia Geral e, facultativamente, por um diretor executivo.

Parágrafo Único - O cargo de diretor executivo será remunerado, respeitados em todos os casos, os valores praticados pelo mercado, na região correspondente à sua área de atuação.

Art. 36 - À Diretoria competirá:

I - cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, os regulamentos e as deliberações dos Conselhos e da Assembléia Geral;

II - planejar, organizar, dirigir e controlar as atividades institucionais do IHCL;

III - propor ao Conselho Consultivo as diretrizes, metas e linhas de atuação do IHCL;

IV - decidir sobre a criação e extinção de cargo ou função e fixar remunerações, observado o disposto no artigo 27, V, deste Estatuto;

V - nomear, demitir e fixar os vencimentos dos empregados a serviço do IHCL, de acordo com o orçamento aprovado pela Assembléia Geral e observado o disposto no artigo 27, V;

VI - indicar e aprovar a admissão de novos associados;

VII - organizar e realizar operações financeiras, prestar contas e informações sempre que necessário ou solicitado pelo Conselho Fiscal e administrar a receita, as despesas e o patrimônio do IHCL;

VIII - elaborar previsão orçamentária e submetê-la à apreciação do Conselho Consultivo e do Conselho Fiscal e à aprovação pela Assembléia Geral;

IX - empregar, de acordo com a previsão orçamentária, os recursos financeiros, podendo para tanto, movimentar contas bancárias;

X - julgar e impor penalidades às infrações cometidas pelos associados, observado o disposto no artigo 20, VII, deste Estatuto;

X - aprovar os regimentos internos, suas alterações e os regulamentos da Instituição;

XII - ter sob sua guarda e responsabilidade os valores e títulos do IHCL, controlar o movimento financeiro da Instituição, exigir a prestação de contas de quem for necessário, dirigir os serviços do exercício financeiro e propor as medidas que julgar necessárias.

Art. 37 - Ao presidente do IHCL competirá:

I - representar o IHCL em juízo ou fora dele, podendo, para tanto, constituir procuradores, bem como designar e autorizar prepostos;

II - assumir obrigações e direitos em nome do IHCL, podendo, para tanto, constituir procuradores;

III - despachar e assinar em conjunto com o presidente do Conselho Consultivo todo e qualquer documento que resulte na disponibilidade dos bens imóveis ou na instituição de ônus, observado o disposto no artigo 20, II deste Estatuto;

III - organizar, dirigir e delegar as atividades executivas do IHCL, conforme as diretrizes, metas e linhas de atuação da Instituição.

Art. 38 - Aos vice-presidentes competirá substituir o presidente nas suas ausências ou impedimentos, bem como para desempenhar as funções que lhe forem designadas por regulamento.

Art. 39 - As atribuições do diretor executivo serão estabelecidas em regulamento.

TÍTULO V **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 40 - O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

Art. 41 - Os casos omissos deste Estatuto serão resolvidos pela Assembléia Geral.

Art. 42 - Na hipótese do IHCL ser qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, as alterações estatutárias que modifiquem as condições que instruíram a qualificação, deverão ser comunicadas ao Ministério da Justiça.

Art. 43 - o presente Estatuto entra em vigor na data de seu registro.

(a) MARIA INÊS PIERIN SILVEIRA

Presidente do IHCL

Advogado responsável: Manoel Eduardo Alves Camargo e Gomes

Ordem dos Advogados do Brasil / Seção Paraná: nº 11.103
Escritório Felipe, Gomes & Isfer Advogados e Consultores Associados
Rua Dias da Rocha Filho, nº 205
80.040-050 - Curitiba / PR
Tel.: (41) 264-7454
E-Mail: gfadv@bsi.com.br

PROJETO DE LEI Nº 691/2002

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Paulo Muniz, com sede e foro no Município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.11.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Paulo Muniz, com sede e foro no município de Londrina, foi criada com o objetivo de promover o exercício de atividades sociais no campo da saúde, educação, cultura e cidadania e, também, a produção de alimentos para distribuição local e regional à população economicamente carente da região de Londrina.

Estando o projeto em conformidade com a legislação pertinente, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Não há oradores inscritos no Pequeno, nem no Grande Expediente.

Consulta as Lideranças se farão uso do seu Horário.

PL, PSC, PSL, PDT.

(Declinam)

PT . Concedo a palavra ao deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente e senhores deputados.

Não é que nós estejamos engessados pela eleição, pelo resultado da eleição que o clima aqui nesta Casa possa parecer mais tranquilo, mais ameno. O fato é que nós estamos estusiasmados com o novo ambiente que nós vamos viver no Paraná e no Brasil, a partir do dia 1º de janeiro!

Confesso, senhor presidente, que como cidadão paranaense que sou, como filho do Estado do Paraná, eu e meu Partido depositamos muita confiança no governo que vai começar no dia 1º de janeiro no Paraná.

O senador Requião passou por uma prova de fogo nestas eleições, uma campanha extraordinariamente difícil, aonde prevaleceram as idéias, a proposta, aonde a população do Paraná disse não à política da agressão, à

política da calúnia e da difamação, e disse sim às propostas, ao plano de governo, à vida melhor do povo do Estado do Paraná. Foi por isso que o senador Requião, junto com o deputado estadual Orlando Pessuti, saíram vitoriosos nesta eleição. É evidente, senhor presidente, que se não tivéssemos um batalhão de militantes, como o PMDB possui no Paraná, aliados a partidos extraordinários como o PT, o PL, o PPS e lideranças de outros partidos, evidente que este resultado não teria sido auferido no dia 27 de outubro.

Devemos a vitória do dia 27 de outubro ao povo do Paraná, que com sabedoria e inteligência não deixou-se levar pelas acusações da campanha, pela difamação, pela política da agressão, e o povo soube escolher aquele candidato que se apresentou com conteúdo, com propostas, com programa de governo, objetivando melhorar a vida do povo do Paraná.

Quero aqui, em nome do PMDB, agradecer a todas as pessoas que estiveram conosco; já pudemos fazer isso, mas nunca é demais reiterar o agradecimento, e a convicção que o Governo do Paraná está entregue em boas mãos, num timoneiro de mão segura, firme, que irá conduzir o Paraná no caminho da prosperidade, da seriedade, da decência, da transparência e da vida melhor ao povo do nosso Estado.

Nós que acompanhamos a trajetória do senador Roberto Requião, que desfrutamos do privilégio da convivência próxima, temos a convicção de que o senador Roberto Requião está imbuído de todos os instrumentos para superar as dificuldades que o Paraná apresenta.

Estamos preocupados com o governador Jaime Lerner, que mais uma vez está viajando para o exterior, completando hoje a 49ª viagem para o exterior. Segundo a imprensa o paradeiro do governador Jaime Lerner não foi aos Estados Unidos, está sendo o México. Uma bela parada, talvez para descansar a cabeça e desinchar o fígado pelo resultado das eleições, altamente desastroso...

O governador não colocou o seu candidato no segundo turno, em que pese a existência de 11 candidatos. Foi o grande derrotado nessas eleições aqui no Paraná. A maior derrota impingida foi para o governador Jaime Lerner que infelizmente governou o nosso Estado com a marca da incompetência e da desonestidade. E hoje viaja! E procura no Estado do Paraná, nesse governo de transição, criar dificuldades para o novo governo!

A nossa equipe, brilhantemente presidida pelo deputado Orlando Pessuti, tem procurado superar os embaraços que estão sendo criados, mas é preciso dizer que, muitas coisas estão sendo realizadas por esse governo objetivando engessar o novo governo.

Iremos denunciar, fiscalizar. Temos aqui inúmeros apontamentos para fazer, que terão que ser avaliados com muito rigor, para que esse governo não crie empecilhos, dificuldades para o novo governo que tomará posse no dia 1º de janeiro.

Desta forma quero alertar o governador Jaime Lerner que derrube as armas. Que fique tranquilo e que não

crie embaraços para o novo governo. Não dificulte, porque o Paraná já livre, soberanamente, no dia 27 de outubro, decidiu o futuro do nosso Paraná.

Queremos fazer um governo sem revanchismo. O senador Roberto Requião foi muito claro logo após as eleições quando disse que não vai fazer um governo de caça às bruxas, de revanchismo, mas não podemos aceitar que esse governo venha engessar o novo governo, venha criar dificuldades para que o novo governo tenha problemas para poder realizar o governo da transformação que o Paraná precisa!

Quero aproveitar para, em meu nome e em nome da minha bancada, dizer da nossa alegria, do nosso contentamento pela vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, presidente que apoiamos no primeiro e no segundo turnos.

Todo o Paraná sabe que nós, do PMDB do Paraná, estivemos na campanha do Lula desde a primeira hora. Esta foi a orientação do senador Roberto Requião. Foi a orientação do PMDB do Paraná e nós acreditamos verdadeiramente, que um novo tempo vai começar no Brasil, uma nova era vai atingir o povo brasileiro.

Acreditamos que o governo do Lula vai ser um governo marcado pelas mudanças, marcado pela distribuição de rendas, marcado pela eficiência, pela transparência, pela humildade e pela realização de um Brasil novo.

Nós, do Paraná, do PMDB, acreditamos no novo governo do Brasil e tudo será feito pelo nosso Partido para dar sustentação política ao governo do Lula.

Desde a primeira hora nós do PMDB estaremos do lado da trincheira do povo, defendendo as realizações, as mudanças, as ações, a atitude que o governo Lula irá implantar no Brasil a partir do dia primeiro de janeiro e o PMDB do Paraná dizer “sim” para mudança, disse “sim” para o Brasil novo e vai dizer “sim” ao governo sério, transparente, que nós esperamos que o Lula realize para o nosso Brasil.

Não só esperamos, como acreditamos e temos confiança que acontecerá, porque o Lula tem no seu coração o sentimento de fé, de crença, de amor ao povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Consulta a Liderança do PFL se fará uso do seu Horário.

Com a palavra, o deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, senhores deputados.

Ouvi atentamente as palavras do meu colega, do meu companheiro, deputado Nereu Moura, que fala como líder da Oposição.

Com certeza, como líder da Oposição, fala bem, mas expressa um sentimento apenas pessoal; com certeza não é o pensamento, não é o sentimento do governador eleito do Paraná, Roberto Requião.

Até porque a eleição acabou no dia 27 e o palanque da eleição também acabou no dia 27. No dia 28 o governador eleito, num gesto de grandeza foi até o governador Jaime Lerner, pediu licença para buscar informações, estabelecendo desde aquele momento a transição. Se formou uma equipe de transição por parte do governador eleito e por parte do governo do Estado, Jaime Lerner; essa equipe tem se reunido. Muitas das informações solicitadas ou todas elas vêm sendo, com transparência, repassadas pelo governador Jaime Lerner e pela sua equipe àqueles que compõem a transição.

Foi solicitado o adiamento do concurso dos professores do Estado do Paraná, aliás, uma reivindicação antiga da APP que o governador Jaime Lerner atendeu. O governo de transição, através de sua equipe, solicitou o adiamento, e o governador, prontamente, resolveu acolher, acatar e tem criado todas as condições para que a transição possa ser transparente, tranqüila, como deve ser no regime democrático.

Estas palavras de palanque eleitoral, não podem, neste momento, afastar a tranqüilidade que está tomando conta do Paraná e do Brasil.

O presidente Fernando Henrique Cardoso, apesar de todas as diferenças com o presidente eleito Lula, também abriu o Governo Federal para que a transição possa ocorrer na mais absoluta tranqüilidade, e é isso que todos nós desejamos.

O deputado Nereu Moura fala em engessamento. Eu tenho ouvido, até como relator do Orçamento, as manifestações do governo eleito, querendo modificar o Orçamento para 2003.

Deputado Waldyr Pugliesi, o que fizemos? Estamos à disposição para acolher todas as sugestões, respeitando a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Plano Plurianual, as prerrogativas da Assembléia Legislativa!

Pediram o adiamento do concurso; o adiamento foi feito. Transparência total dos números. Então, não vejo razão, a não ser a verbologia, a não ser o discurso que leva, muitas vezes, à vitória.

Mas, estaremos com muita tranqüilidade. Não com oposição raivosa, não com perseguição aos governantes que saem ou que entram, mas com muita tranqüilidade, acompanhando, porque agora não cabe mais o discurso para ganhar a eleição; agora é hora de governar, é hora de administrar, de preparar a transição.

Então, tenho certeza, deputado Nereu Moura, que as suas palavras são puramente de ordem pessoal. Não refletem o pensamento do governador Roberto Requião.

Não refletem o pensamento da equipe de transição porque não podemos nesse momento - que faltam menos de sessenta dias para a transmissão do cargo - querer criar embaraços na condução da sucessão do Estado do Paraná! Não é o pensamento individual!

O interesse coletivo do Paraná tem que estar acima de todos os interesses pessoais de cada um de nós.

Reitero aqui a disposição do governador Jaime Lerner, a disposição dos deputados de Situação, e tenho

certeza, da maioria dos deputados de Oposição, de termos uma transição tranqüila no Estado do Paraná, sem sobressaltos, porque todos nós paranaenses esperamos que a partir de 1º de janeiro, de uma maneira objetiva e concreta o governador eleito com mais de dois milhões e seiscentos mil votos, possa colocar em prática todas as suas promessas eleitorais, que aliás não foram poucas.

Trataremos de, desde já, dar todas as condições técnicas, administrativas, políticas, para que o governador eleito possa exercer com êxito o seu mandato. Não faremos nunca “a política do quanto pior, melhor”. Essa política, tenho certeza, deve ter se encerrado no palanque.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

PSDB, PTB, PPS, Liderança da Oposição, deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, quero dizer ao deputado Durval Amaral que ele fala pelo PFL, pelo governador Jaime Lerner, pelo PMDB, falo eu.

O líder do governo agora, atual, é o deputado Durval Amaral. O governador Requião ainda não tem líder nesta Casa. Vai ter a partir do dia 1º de janeiro do ano que vem.

Eu disse aqui em alto e bom tom, que o governador Requião logo após as eleições disse que não vai ter “caça as bruxas”, que não vai ter um governo de perseguições no Paraná.

E disse bem claro, que nós queremos que esse governo não cometa atitudes de engessamento do novo governo, como, por exemplo, o concurso da Parana Previdência, como o aumento do pedágio, programado para o início de dezembro. E como outras atitudes que nós já temos conhecimento.

Esperamos que seja uma transição tranqüila, porque foi o povo que decidiu nas urnas e nós estamos tendo a humildade, porque quem ganha uma eleição tem que ter humildade para ganhar, e a responsabilidade de fazer uma transição tranqüila sem o olho da perseguição e do ódio.

Esperamos que haja, por parte do governo Jaime Lerner, a recíproca às atitudes do novo governo que vai se estabelecer no dia 1º de janeiro do ano que vem e que não tomem atitudes para engessar o novo governo, como por exemplo, esse concurso da Parana Previdência teria que ter sido cancelado sumariamente, como também a questão do aumento do pedágio. Deve ser cancelado para que o novo governo possa cumprir com o compromisso de reduzir a tarifa.

Vai ser reduzido. Quem não acredita, espere para ver. Vai ser reduzido, sim!

As promessas que foram feitas em campanha serão rigorosamente cumpridas.

Esse é um preço que o governador Requião vai pagar porque ele tem compromisso com o que falou. E ele nos disse: “custe o que custar, as minhas promessas

de campanha serão rigorosamente cumpridas”. E os donos do pedágio que esperem porque dia 1º vem aí e o pedágio vai reduzir no Paraná.

Então, o Jaime Lerner teria que ter a decência de não aumentar as tarifas no mês de dezembro, esperar que o novo governo assuma e tome as providências para que esta proposta de campanha seja realizada.

Por isso, senhor presidente, quero dizer ao eminente líder do governo Jaime Lerner, deputado Durval Amaral, que não há revanchismo da nossa parte. Os meus olhos não são de ódio e nem de vingança, deputado Durval Amaral! Os meus discursos não foram discursos jogados ao vento, tanto que o povo disse “sim” ao nosso discurso. Disse “sim” e reprovou o governo Jaime Lerner, de forma que eu estou contente, estou leve como um pássaro, porque tudo aquilo que eu falei daquela tribuna ou dos meios de comunicação do Paraná, nós encontramos respaldo na comunidade do povo paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Horário da Liderança do Governo, faz uso da palavra o deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Deputado Nereu Moura, fico muito feliz com a sua manifestação e, com toda a certeza, o governo Roberto Requião, a partir do dia 1º de janeiro, tomará todas as medidas administrativas necessárias para o fiel cumprimento das suas promessas de campanha, e é isso que nós esperamos. Não é só a redução do pedágio, acho que o governador Requião foi muito mais avante, com propostas muito mais modernas, muito mais avançadas, inclusive em vários aspectos, em vários pontos.

O governo Jaime Lerner não pode ter sido tão ruim assim, como fala V. Exa até porque o governador eleito, Roberto Requião, nos seus programas de televisão, por várias vezes elogiou vários programas do governo Jaime Lerner. E, aliás, vários deputados da Base do Governo, no 2º turno, tiveram a oportunidade de apoiar o governador Roberto Requião e foram à televisão e tiveram uma atuação destacada na campanha do governador Roberto Requião, inclusive secretários do governador Jaime Lerner, como o secretário da Agricultura, o Poloni, foi exemplo e referencial na campanha do governador Roberto Requião.

Então, esse governo teve muitas virtudes, muitas atuações que marcaram e marcarão época no Estado do Paraná. E não só queremos, realmente, muita tranqüilidade, muita isenção na condução desses dias que antecedem a posse do governador Roberto Requião, porque dessa forma nós vamos agir.

É esta a orientação que deu o governador Jaime Lerner, não só para mim, mas para todos os companheiros e tenho certeza de que essa orientação deu o governador Roberto Requião e vamos tratar desse assunto da transição como ela merece ser tratada: com muito respeito em altíssimo nível, fazendo com que as equipes de transição pos-

sam levar ao futuro governador todas as condições técnicas, políticas, todas as condições necessárias para que possa assumir o governo com a tranqüilidade que todos nós esperamos. E depois, o embate político, o embate das idéias, as cobranças das promessas teremos, não só os parlamentares aqui, na Assembléia Legislativa, mas toda a sociedade paranaense esperando com ansiedade o cumprimento das promessas, com toda a certeza.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 senhores deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo deputado Ademar Traiano, na qualidade de líder o PSDB, constante do expediente, indicando o nome de deputado para compor a Comissão Especial para a escolha do Tribunal de Contas, representando a Bancada do PSDB. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do deputado Nelson Tureck, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 124/2002, de autoria do deputado Algaci Tulio, que oficializa o dia 16 de março como Dia Estadual de Conscientização e Prevenção contra a Dengue. Pareceres Favoráveis da CCJ e SP. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 02

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 198/2002, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva e Recreativa Metropol, com sede e foro no município de Palotina. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 038/2002, de 09.04.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 198/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Duílio Genari, tem por objetivo declarar de Utilidade

Pública a Sociedade Esportiva e Recreativa Metropol, com sede e foro no município de Palotina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 29.10.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

ITEM 03

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 199/2002, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva e Recreativa Santos Dumont, com sede e foro no município de Palotina. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 038/2002, de 09.04.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 199/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Duílio Genari, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva e Recreativa Santos Dumont, com sede e foro no município de Palotina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 29.10.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 237/2002, de autoria do deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública a APM do Colégio Estadual José Alfredo de Almeida, do município de Mariluz, com sede e foro no mesmo município. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. COM EMENDA FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 047/2002, de 23.04.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 237/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Nelson Garcia, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública APM - Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual José Alfredo De Almeida- Ensino Fundamental Médio e Profissional, com sede e foro no município de Cruzeiro do Oeste.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer Favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.10.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 237/2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual José Alfredo de Almeida - Ensino Fundamental, Médio e Profissional, com sede no município de Mariluz e foro no município de Cruzeiro do Oeste.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29.10.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

Apoiamento: Marcos Isfer

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 257/2002, de autoria do deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Moradores do Bairro do Leão e Vizinhaça de Agudos do Sul, com sede em Agudos do Sul e foro no município de Fazenda Rio Grande. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 049/2002, de 24.04.2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 257/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do deputado Cesar Seleme, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro do Leão e Vizinhaça, com sede no município de Agudos do Sul e foro no município de Fazenda Rio Grande.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, somos de parecer Favorável na forma da Emenda Substitutiva Geral anexa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.10.2002

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 257/2002

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Bairro do Leão e Vizinhaça, com sede no município de Agudos do Sul e foro no município de Fazenda Rio Grande.

nhança, com sede no município de Agudos do Sul e foro no município de Fazenda Rio Grande.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29.10.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

Apoiamento: Marcos Isfer

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 515/2002, autoria do deputado Algaci Tulio, institui o dia 19 de agosto como o Dia da Polícia Militar do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 096/2002, de 02/07/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 515/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Algaci Tulio, objetiva instituir o dia 10 de agosto como o Dia da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade da matéria, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 29.10.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 614/2002, autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Serraria do Rocha, com sede e foro no município de Paranaguá. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 114/2002, de 09/09/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 614/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Duílio Genari, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Serraria do Rocha, com sede e foro no município de Paranaguá.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda, por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 29.10.6994/78.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 653/2002, autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação do Grupo de Apoio às Famílias Carentes, com sede e foro nesta Capital. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 127/2002, de 14/10/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 653/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Duílio Genari, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação do Grupo de Apoio às Famílias Carentes, com sede e foro no município de Curitiba.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda, por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 29.11.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 655/2002, autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Assistencial Nova Aliança - Sana, com sede e foro no município de Londrina, no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 127/2002, de 14/10/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 655/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado José Maria Ferreira, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade Assistencial Nova Aliança - Sana, com sede e foro no município de Londrina.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda, por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 29.11.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 656/2002, autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Moradores da Comu-

nidade de Bela Vista - Amista, com sede e foro no município de Formosa do Oeste - PR. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 128/2002, de 15/10/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 656/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado José Maria Ferreira, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores da Comunidade de Bela Vista - Amista, com sede e foro no município de Formosa do Oeste - PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda, por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 29.10.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 657/2002, autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, que altera a redação do art. 1º da Lei nº 9.982, de 20 de maio de 1992, que declarou de Utilidade Pública a Associação de Proteção ao Excepcional de Carambeí. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 128/2002, de 15/10/2002).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 657/2002

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Plauto Miró Guimarães, visa alterar a redação do art. 1º da Lei nº 9.982, de 20 de maio de 1992, que declarou de Utilidade Pública a Associação de Proteção ao Excepcional de Carambeí.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 29.10.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Sobre a mesa, Requerimentos nº 2414 e 2415, de autoria do deputado Durval Amaral, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, que mensagem que é essa?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

(**Lê requerimento**)

Em votação. Os senhores deputados que aprovam, permaneçam como estão. Aprovado.

(**Continua a leitura de requerimentos**)

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, esses projetos, naturalmente, vão tramitar pelas Comissões. Se são de uso de imóveis do Paraná, devem ser para as prefeituras, porque não temos acesso às Mensagens. Eu não sei porque o Regime de Urgência a essas matérias, que, no nosso entendimento, não devem ser de grave consequência à economia do Paraná. Por isso, eu acho que essas matérias deveriam circular e tramitar normalmente pelas comissões da Casa.

Então, esses dois projetos já passaram, mas espero que o deputado Durval não peça mais Regime de Urgência a este tipo de matéria, porque eu não creio que eles mexam na vida econômica e social do Estado do Paraná, e por isso não merecem a tramitação em Regime de Urgência.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Só para informar que os dois requerimentos já estão aprovados.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Mas, só a título de esclarecimento ao deputado Nereu Moura, é que se encontra já na Comissão de Obras há várias semanas e ainda não tramitou naquela Comissão, razão pela qual estamos pedindo regime de urgência.

O SR. EDSON STRAPASSON (**Pela Ordem**)

Só atendendo à questão de regime de urgência. O que está ocorrendo, deputado Nereu Moura, é uma chuva de projetos concedendo as doações de áreas do Estado a algumas prefeituras. E, logicamente, nós também entendemos que estes projetos não deveriam tramitar nesta Casa em regime de urgência para que eles pudessem ser melhor analisados pelas Comissões quanto ao seu mérito.

Agora, quero dizer ao deputado Durval Amaral que estes projetos que ele diz que chegaram há um bom tempo na Comissão de Obras, vários deles chegaram ontem às 17h00 e portanto não faz muito tempo. Acho que aí vem uma desculpa e eu acho que até é uma questão que a Comissão de Transição do Governo deveria se entender no sentido que não houvesse a apuração desses projetos, até porque toda a Sessão ocorre não em definitivo e eu acho que não é interessante neste momento criar entre as prefeituras interessadas e ao governo do Estado, seja quem for, eu tenho certeza que são coisas de caráter meritório, que são importantes para o município e jamais o governo do Estado vai negar uma cessão de área ao município para uma obra de interesse municipal, de interesse do cidadão.

Portanto, nós não vemos necessidade do caráter do nível de urgência, até para que a Comissão de Obras, que

recebeu ontem às 17h00, três ou quatro projetos pedindo a cessão de áreas a alguns municípios do Estado, ele possa analisar, foi despachado ontem à tarde, o relator, que hoje deve estar chegando às mãos do deputado que vai fazer o relato do projeto, e acho que não há necessidade nenhuma de atropelá-lo, até para não criar, de repente, aquele sintoma de que alguma coisa se possa estar fazendo que não seja para o bem do povo do Paraná.

Acho que não há necessidade, e por isso nós encarecemos no sentido que haja a retirada desse projeto, até para que possamos analisar de acordo com o trâmite normal e de acordo com a urgência que sempre foi dada a todos os projetos que chegaram na Comissão de Obras na Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Requerimento nº 2416, de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente. Em discussão.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2410, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2418, 2419 e 2421, de autoria do deputado Eli Ghellere, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2420, de autoria do deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2422, de autoria do deputado Fernando Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2423, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. NEIVO BERARDIN (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, requeiro a V. Exa. que solicite ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, cópias do processo que envolve o ex-secretário de Meio Ambiente, Hitoshi Nakamura, para que esta Casa tome conhecimento do andamento do processo e a posição em que ele se encontra e que nos envie cópia dos autos do processo.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

(**Continua leitura de requerimentos**).

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, a título de informação, os dois regimes de urgência que foram aprovados nesta tarde, com relação à Mensagem nº 031/2002, está na Comis-

são de Obras desde o dia 13 de agosto, e a Mensagem nº 032/2002 está na Comissão de Obras desde o dia 24 de agosto, razão pela qual se justifica o regime de urgência.

Muito obrigado.

O SR. EDSON STRAPASSON (Pela Ordem)

Senhor presidente, senhores deputados, quando nós pedimos, encarecemos ao líder do Governo que evitasse esse ritmo de regime de urgência aos projetos de doação, cessão de área, nós o fizemos porque somente ontem à tarde recebemos aí uma série de projetos do governo pedindo nesse sentido.

Evidentemente vou confirmar se estes dois projetos estão no rol daqueles que chegaram ontem à tarde, e todos os projetos que foram encaminhados anteriormente, o foram ao relator, estão com o relator do projeto e logicamente nós vamos identificar se esses dois projetos estão aguardando o relatório. Não tenho como dizer agora quem são os relatores, mas temos a dizer que como é uma questão e toda e qualquer cessão de uso, ela não é definitiva, nós gostaríamos que ela tramitasse em comum acordo com o atual governo e com o futuro governador, de forma a evitar mau entendimento, má interpretação da forma de cessão de uso.

Acho que não há porque atropelar, ao que eu gostaria de pedir, logicamente foi aprovado o projeto, nós vamos respeitar o regime de urgência, mas que nos outros projetos não fosse cedido o regime de urgência.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Veja, senhor presidente, aí nós voltamos a bater naquela tecla que falamos no início desta Sessão. Uma atitude como essa, é uma atitude que o governo deveria deixar para o próximo governo. Para que agilizar doações de imóveis, utilização de imóveis públicos no final de mandato? O governador que vai tomar posse não é nenhum bicho-papão que vai atropelar as coisas, que vai passar por cima das coisas corretas. Para que não deixar para o novo governo? Para que aprovar em toque de caixa, em regime de urgência?

Então, estas coisas que eu falei, que é engessar o novo governo, e eu acabei de dizer, por isso a gente está vendo agora que o deputado Strapasson está comunicando à Casa que é uma quantidade enorme de projetos pedindo a doação, a cessão de imóveis em regime de urgência, o que demonstra que não se está tendo a confiabilidade que deveria ter.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Senhor presidente, só para esclarecer o Plenário, esse requerimento que foi aprovado, da vinda de reitores e técnicos na área de educação pública, tanto do sistema estadual de ensino quanto da universidade federal, é porque nós temos notícias - ontem mesmo fizemos uma reu-

nião aqui com reitores das universidades estaduais - de que as universidades públicas detêm muitas vagas.

Para que sejam preenchidas essas vagas, quer dizer, alunos que passam, por várias razões desistem, e as vagas ficam abertas, tanto na federal quanto no sistema superior de ensino do nosso Estado, e é preciso que os deputados saibam e que façamos uma discussão para que desburocratize-se tanto a possibilidade de transferência, como preenchimento dessas vagas, sobretudo por vários dos critérios que temos manifestado aqui na Assembléia, dos alunos que são carentes, que necessitam entrar no curso superior, tem muitas pessoas que estão cursando hoje a PUC, a Evangélica, a Unian-drade, a Tuiuti, e demais faculdades e universidades pagas, que poderiam estar agora sendo acolhidos nas públicas e não estão, muitas vezes por uma burocracia muito ortodoxa, impedindo a transferência e acomodação de estudantes do nosso Estado nas universidades públicas.

Então seria importante que antes do término deste, a gente tomasse conhecimento desta realidade para que no ano que vem possamos melhorar o sistema público no nosso Estado.

Então o requerimento era de que técnicos ou os reitores viessem na terça-feira e dessem um quadro mais pormenorizado desta situação no nosso Estado. Eu tenho notícias de que aqui na Federal tem 1.700 vagas disponíveis para serem preenchidas, e em função de uma burocracia muito grande essas vagas não são, enquanto que alunos estão com muita dificuldade de cursar os seus cursos de universidades pagas, sendo carentes, necessitando do apoio do ensino público aqui no nosso Estado.

Então é com esse objetivo que fizemos esse requerimento. Agradeço a compreensão dos deputados que votaram favoravelmente.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (Pela Ordem)

Só para registrar a presença do deputado Stica e também do Pedro Ivo, deputados eleitos pelo PT.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 198, 199, 237, 257, 515, 614, 653, 655, 656 e 657/2002.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 478/2002.

Levanta-se a Sessão.

Ata de Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos catorze dias do mês de outubro de dois mil e dois, reuniu-se na sala de reuniões das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Antonio Carlos Belinati, José Maria Ferreira, Algaci Tulio, Marcos Isfer, Moysés Leônidas, Plauto Miró Guimarães e Hermes Fonseca. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 600/2002, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Algaci Tulio, na forma da emenda anexa - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 607/2002, de autoria do senhor deputado Basílio Zanusso. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Algaci Tulio, na forma da emenda anexa - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 596/2002, de autoria do senhor deputado Fernando Ribas Carli. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Algaci Tulio, na forma da emenda anexa - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 616/2002, de autoria do senhor deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Algaci Tulio, na forma da emenda anexa - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 599/2002, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Algaci Tulio - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 623/2002, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Algaci Tulio - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 633/2002, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Algaci Tulio - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 646/2002, de autoria dos senhores deputados Edson Praczyk e Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Algaci Tulio - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 605/2002, de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Algaci Tulio - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 598/2002, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Algaci Tulio - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 638/2002, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Algaci Tulio - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 611/2002, de autoria da senhora deputada Serafina Carrilho. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Algaci Tulio - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 328/2002, de autoria da senhora deputada Serafina Carrilho. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Algaci Tulio, na forma da emenda anexa - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 500/2002, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Algaci Tulio - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 561/2001, de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Algaci Tulio - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº

542/2002, de autoria do senhor deputado Edno Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 610/2002, de autoria da senhora deputada Serafina Carrilho, Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 606/2002 de autoria do senhor deputado Basílio Zanusso. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 603/2002 de autoria do senhor deputado Ricardo Maia. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 597/2002 de autoria do senhor deputado Fernando Ribas Carli. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 546/2002 de autoria do senhor deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 645/2002 de autoria do senhor deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 617/2002 de autoria do senhor deputado Cleiton Kielse. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Algaci Tulio, na forma da emenda anexa - APROVADO; 24) Projeto de Lei nº 612/2002 de autoria da senhora deputada Serafina Carrilho. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 25) Projeto de Lei nº 334/2002 de autoria do senhor deputado Miltinho Pupio. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 26) Projeto de Lei nº 129/2002 de autoria do senhor deputado Ricardo Maia. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 27) Projeto de Lei nº 290/2002 de autoria do senhor deputado Basílio Zanusso. Parecer FAVORÁVEL do senhor deputado Marcos Isfer - APROVADO; 28) Proposição Veto nº 125/2002 de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 347/2001 de autoria do senhor deputado Plauto Miró Guimarães. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário, do senhor deputado Marcos Isfer - APROVADO; 29) Proposição Veto nº 121/2002 de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 568/2001 de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário, do senhor deputado Marcos Isfer - APROVADO; 30) Proposição Veto nº 127/2002 de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 530/2001 de autoria do senhor deputado Ricardo Chab. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário, do senhor deputado Marcos Isfer - APROVADO; 31) Proposição Veto nº 126/2002 de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 256/2002 de autoria do senhor deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL ao encaminhamento à Plenário, do senhor deputado Marcos Isfer - APROVADO. Nada mais havendo a tratar e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária